



A EDUCAÇÃO NO IMPÉRIO BRASILEIRO: O MÉTODO LANCASTER

Camila Técla Morteau Mendonça¹, Maria Luisa Furlan Costa (Orientadora)².

RESUMO: Este artigo trata de uma pesquisa bibliográfica a respeito do império no Brasil: o método Lancaster. O objetivo principal é a verificação histórica do período em que houve o império no Brasil, o surgimento do método Lancaster, no que consiste este método e como foi a sua implantação e desenvolvimento no Brasil. O método Lancaster surgiu na Europa no final do século XVIII, seu precursor foi o inglês Joseph Lancaster (1778-1838), amparado nas ideias pedagógicas do pastor anglicano Andrew Bell (1753-1832). O método Lancaster consiste na utilização de alunos-monitores para o ensino da leitura, ou seja, os alunos que se destacam são chamados a serem alunos-monitores e passam a ensinar um grupo de alunos. No Brasil, este método foi inserido no período do império que ocorreu entre 1822 a 1889, por meio da Lei de 15 de outubro de 1827, a qual previa a inserção deste método para o ensino das primeiras letras. Diante disso, a pesquisa buscou verificar, em meio ao contexto do imperialismo no Brasil, como este método se instalou e foi desenvolvido. Os estudos dessa pesquisa apontaram que, mesmo sendo o método mais moderno na época, possuía algumas características que com o tempo se tornaram agravantes para a utilização do método no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Império. Brasil. Método Lancaster.

1 INTRODUÇÃO

Neste artigo, propomo-nos a tecer algumas considerações iniciais sobre a Educação no Império brasileiro: o método Lancaster. Assim, procuramos apresentar alguns dos princípios fundamentais deste método e a sua aplicação no Brasil. Para isso foram pesquisadas obras de vários autores que estudam esta temática, como Araújo (2010), Brasil (2014), Castanha (2012), Cardoso (1999), Faria Filho e Rosa (1999), Hilsdorf (1999), Lesage (1999), Nascimento (*on-line*), Neves e Men (*on-line*), Neves (2003) e Niskier (1989), a fim de contribuir para a discussão que está sendo proposta.

Não temos a pretensão de esgotar o debate. Nosso objetivo é apresentar algumas ideias que elaboramos, a partir das leituras e das discussões empreendidas durante sobre a História da Educação no Brasil.

Desta forma, pretendemos, por meio de pesquisa bibliográfica, investigar a Educação no Império brasileiro: o método Lancaster. Os resultados serão apresentados em três momentos. No primeiro, realizaremos apontamentos sobre o império no Brasil. No segundo, refletiremos sobre o surgimento do método Lancaster e suas características. Por fim, na terceira parte, abordaremos o método Lancaster no Brasil. Sendo assim, temos a clareza de que a temática abordada encerra uma complexidade que extrapola os limites deste artigo.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Para o desenvolvimento deste trabalho, utilizamos pesquisa bibliográfica. Como fonte para a discussão dos assuntos aqui propostos, estudamos principalmente os autores Araújo (2010), Brasil (2014), Castanha (2012), Cardoso (1999), Faria Filho e Rosa (1999), Hilsdorf (1999), Lesage (1999), Nascimento (*on-line*), Neves e Men (*on-line*), Neves (2003) e Niskier (1989). O artigo está sendo organizado em quatro tópicos, quais sejam, o império no Brasil, o surgimento do método Lancaster, características da escola e do método Lancaster e o método Lancaster no Brasil.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 O IMPÉRIO NO BRASIL

Este período histórico ao qual estamos tratando foi marcado por algumas transformações que ocorreram no século XVIII, das quais podemos destacar: a Revolução Francesa e a Revolução Industrial, que teve início na

¹ Mestranda no programa de pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá – UEM. Maringá-PR. teclacamila@hotmail.com

² Orientadora do programa de pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá – UEM. Maringá-PR. luisafurlancosta@gmail.com



Inglaterra, mas que levou o avanço do capitalismo a outros países. Já no início do século XIX, a Inglaterra havia conquistado novos mercados, ao contrário da França, que por meio de Napoleão Bonaparte estava em busca da conquista de outros países, inclusive de Portugal, o que levou à fuga da família real portuguesa para o Brasil, em 1808. A presença da família real no Brasil ocasionou uma série de transformações, as quais destacam-se: a abertura dos portos ao comércio exterior e a criação de cursos de nível superior, na Academia Real da Marinha (1808), Academia Real Militar (1810), Academia Médico-cirúrgica da Bahia (1808) e Academia Médico-cirúrgica do Rio de Janeiro (1809) (NASCIMENTO, *on-line*, p. 1).³

O Império no Brasil se manteve no período de 1822-1889. Iniciou com a proclamação da Independência e terminou com a instauração da República. No entanto, o reconhecimento da emancipação do Brasil, pela Coroa Portuguesa, ocorreu somente em 1825.

Anterior a este ano, em 1824, o Brasil já possuía a sua primeira Constituição, intitulada: A carta de 1824. O documento previa em seu texto “a Monarquia Constitucional, com governo centralizado; sistema representativo com Senado e Câmara dos Deputados; quatro poderes políticos harmônicos – Executivo, Legislativo, Judiciário e Moderador –, este último exercido pelo Imperador” (BRASIL, 2014, p. 2). As leis contidas, neste documento, vigoraram durante todo o período do Império.

Sendo assim, em 15 de outubro de 1827, a Assembleia Legislativa, em exercício na época, aprovou a primeira lei sobre a instrução pública nacional do Império do Brasil, estabelecendo que “em todas as cidades, vilas e lugares populosos haverá escolas de primeiras letras que forem necessárias” (NASCIMENTO, *on-line*, p. 3).

No entanto, antes do fim do Império, o Brasil passou por dois períodos importantes na condução do país, sendo estes o período regencial (1831-1840) e o parlamentarismo. O período regencial ocorreu entre 1831 a 1840, contexto em que Pedro de Alcântara, filho de Dom Pedro I, foi aclamado Imperador do Brasil. Como Pedro de Alcântara ainda não havia atingido a maioridade, foram escolhidos três regentes para o governo até 1843, ano em que Pedro de Alcântara subiria ao trono. No entanto, este período foi marcado por grande conturbação, pois os proprietários rurais lutavam por maior autonomia política e essa disputa ameaçava dividir o Império (BRASIL, 2014, p. 3).

Em 1834 o Ato Adicional introduziu modificações na Constituição de 1824. O Conselho de Estado (cujos representantes eram favoráveis à restauração do Primeiro Reinado) foi extinto, Assembleias Legislativas provinciais foram criadas e a cidade do Rio de Janeiro transformada em município neutro da corte. A Regência Una foi instituída no lugar da Trina. Eleita por votação nacional, fortaleceria os setores aristocráticos regionalistas e federativos (BRASIL, 2014, p. 3).

Tendo em vista a descentralização da educação, ocorrido por meio do Ato Adicional, em 1835, surgiu a primeira Escola Normal do país, em Niterói. No entanto, até 1840 as disputas políticas continuariam acirradas, propunham até antecipação da maioridade do Imperador, a fim de retirar os conservadores do poder. “A Revolução Parlamentar ou Maiorista terminou com a regência e deu início, três anos antes do previsto, ao governo pessoal de D. Pedro II, que duraria até 15 de novembro de 1889” (BRASIL, 2014, p. 4).

Com relação ao parlamentarismo, Brasil (2014, p. 4) pontua que:

Em 1847, foi criado o cargo de Presidente do Conselho de Ministros, também chamado Chefe de Gabinete, cargo semelhante ao do primeiro-ministro nos países europeus. O regime tornou-se então Parlamentarista desde essa data até a proclamação da República (1889). O Parlamentarismo brasileiro foi chamado de “Parlamentarismo às avessas”, já que o poder Legislativo, ao invés de nomear o Executivo, estava subordinado a este.

O fim do Império no Brasil se deu por questões sociais e econômicas na metade do século XIX, com a proclamação da República. Outros fatores também foram fundamentais e contribuíram para este fim, como a Guerra do Paraguai (1864-1870), período em que o Brasil estava passando por um desequilíbrio financeiro, diante disso, foi obrigado a contrair empréstimo, o que gerou mais insatisfação com o regime vigente. Destacamos também o movimento por mais liberdade e poder de decisão, organizado por estudantes, funcionários públicos, profissionais liberais e a classe média. Além da preocupação que a sucessão do trono estava gerando, pois Dom Pedro II havia somente filhas mulheres (BRASIL, 2014).

A abolição da escravatura, em 13 de maio de 1888, também colaborou para o fim do Império, pois o governo perdeu o apoio dos grandes fazendeiros, sendo estes prejudicados com a abolição e a não indenização dos escravos alforriados, por parte do governo.

³ NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. O império e as primeiras tentativas de organização da educação nacional (1822-1889). **Histedbr 1986-2006**. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/periodo_imperial_intro.html>. Acesso em: 1 jul. 2014.



Com o desgaste que o governo estava sofrendo, ele ainda propôs algumas reformas políticas, como a instauração de um novo ministério intitulado Ministério e Guerra. “Desgastado, o Império tentou promover reformas na ordem política. Um novo Ministério da Guerra foi formado, sob o comando de Afonso Celso de Assis Figueiredo, o visconde de Ouro Preto” (BRASIL, 2014, p. 5). No entanto, este novo ministério não suportou a pressão realizada pelo movimento revolucionário, que possuía a finalidade de substituir a Monarquia pela República. Diante disso, no dia 15 de novembro de 1889, no Rio de Janeiro, Marechal Deodoro da Fonseca comandou as tropas que derrubou o ministério de Ouro Preto.

Marechal Deodoro da Fonseca assumiu o comando de um governo provisório, mesmo sob as tentativas de Dom Pedro II em formar mais um novo ministério. Sem sucesso, Dom Pedro II partiu para a Europa com sua família, no dia 17 de novembro.

No fim do Império no Brasil, no que se referem ao ensino, as Instituições escolares eram poucas, as que restaram estavam localizadas nas principais cidades e se tratavam de colégios particulares, que eram insatisfatórios para um país continental. Os cursos que formam profissionais em nível superior como médicos, advogados, jornalistas e políticos se mantiveram. No entanto, “identificando o grande abismo educacional entre a maioria da população brasileira que, quando muito, tinham uma casa e uma escola, com uma professora leiga para ensinar os pobres brasileiros excluídos do interesse do governo Imperial” (NASCIMENTO, *on-line*, p. 5).

3.2 O SURGIMENTO DO MÉTODO LANCASTER

O método Lancaster é um método pedagógico que surgiu no final do século XVIII, na Europa. Formulado pelo inglês Joseph Lancaster (1778-1838), amparado nas ideias pedagógicas do pastor anglicano Andrew Bell (1753-1832). O método Lancaster ou monitoral/mútuo, foi implantado obtendo muito sucesso, posteriormente se espalhou também pelo restante do Ocidente. Se tratando de um método diferente dos métodos que o antecederam, o método individual⁴ e o método simultâneo⁵, pois a relação entre professor e aluno é mediada por meio dos alunos monitores, que se destacam dos demais, e por isso são escolhidos para ensinar o restante do grupo (ARAÚJO, 2010).

A historiografia reconhece que, antes que a primeira década do século XIX findasse, o Método de Lancaster já tinha se propagado em direção a França, Portugal, Itália, Alemanha, Grécia, Bulgária, Dinamarca e Suécia. Atingiu também a Rússia, o território africano (Serra Leoa, Senegal), a Índia, a Austrália, o Canadá, o México, o Peru, e alguns países da América do Sul, como a Argentina e o Brasil (NEVES; MEN, *on-line*, p. 1).⁶

Esse método também ficou conhecido como Bell-Lancaster, os dois promotores deste método pedagógico. Andrew Bell (1753-1832) era escocês, atuava como ministro na Igreja Anglicana e também como diretor no asilo de militares de Egmore, em Madras, na Índia. Anterior a sua nomeação como diretor do asilo, este havia sido transformado em uma escola para meninos, filhos dos soldados mortos na guerra. Diante disso, em 1789, Bell inicia o uso do novo método. “Talvez por acreditar no modo de trabalho que se utilizava nas escolas locais, em que a aprendizagem da escrita se processava sobre pequenos montes de areia, que alisavam para esse fim, Bell concebeu um modo de ensino alternativo aos que até então se empregavam [...]” (CONDE, 2005, p. 117).

A utilização da areia para o ensino deixou a sua equipe conturbada. Diante disso, Bell inseriu alunos monitores para auxiliar os outros alunos no manuseio da areia, pois também poderia ter o controle e a certeza de que a areia estava sendo utilizada com fins pedagógicos. No entanto, Bell realizou uma descoberta significativa ao inserir os alunos monitores, que a redução de despesas se tornou algo insignificativo (ARAÚJO, 2010, p. 3).

Não demorou para que Bell iniciasse a organização dos alunos por níveis de aprendizagem, este modo de organização facilitaria a promoção dos alunos que se destacavam. Sendo assim, os alunos que se destacavam eram promovidos a alunos monitores, da mesma forma, se o rendimento caísse estes eram rebaixados. As classes eram organizadas de forma que metade eram alunos e a outra metade alunos monitores, aos professores e aos assistentes pedagógicos cabiam a função de percorrer a extensão da sala, a fim de acompanhar os alunos monitores, atender os alunos e se certificar que o sistema estava funcionando, para isso aplicavam questionários (ARAÚJO, 2010).

⁴ O método individual consiste na relação entre professor e aluno, onde o professor atente cada aluno individualmente, ou seja, o professor chama o aluno e em alguns minutos lhe passa a lição. Ao retornar ao seu lugar o aluno deveria realizar os exercícios a fim de aprender o ensinamento do professor. Nesta época os estudos realizados eram em torno do ensino da leitura.

⁵ O método simultâneo consiste em uma evolução significativa no modo de ensinar, pois o foco deste método está na qualidade e na quantidade de alunos que o mesmo alcança ao mesmo tempo. O professor, ao invés de realizar o atendimento individual aos alunos, como proposto no método individual, pode atender de trinta a quarenta alunos ao mesmo tempo, ou seja, os alunos realizam a mesma lição ao mesmo tempo e o professor corrige todos ao mesmo tempo.

⁶ NEVES, Fátima Maria; MEN, Liliana. **O método pedagógico de Lancaster e a cultura escolar**. Disponível em: <http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais16/sem07pdf/sm07_ss12_06.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2014.



Auto-ensino, ou ensino de si mesmo (“self-tuition”), foi o nome dado por Bell ao método lançado, pois era este o modo pelo qual os meninos ensinavam uns aos outros. Quando retorna ao Reino Unido, publica um livro, em 1797, sobre a sua experiência em Madras, na Índia. A pouca visibilidade de seu material não impediu que seus experimentos fossem levados adiante (ARAÚJO, 2010, p. 4).

Joseph Lancaster (1778-1838) destacou-se como um jovem *quaker* e abriu uma escola em Londres, no final do século XVIII, sem nenhum financiamento público ou ajuda do governo. O método utilizado em sua escola remetia aos métodos tradicionais, no entanto, com o aumento da demanda de alunos, ocasionado pela carência de escolas gratuitas, Lancaster sentiu a necessidade da busca de uma nova forma de ensino, conforme confirma Conde (2005, p. 118) “possivelmente pelas suas qualidades docentes e pela pouca oferta de escolas gratuitas, o número de alunos aumenta de dia para dia, o que leva o mestre [...] a procurar uma alternativa de ensino mais fácil [...]”.

Lancaster amparou seu método no ensino oral, no uso refinado e constante da repetição e, principalmente, na memorização, porque acreditava que esta inibia a preguiça, a ociosidade, e aumentava o desejo pela quietude. Em face desta opção metodológica ele não esperava que os alunos tivessem originalidade ou elucubração intelectual na atividade pedagógica, mas disciplinarização mental e física (NEVES; MEN, *on-line*, p. 3).

Lancaster atingiu com sua escola um público cada vez maior e misto no decorrer dos anos, pois em 1801 possuía 150 alunos, em 1804 possuía 700 alunos e em 1805 saltou para 2000 alunos. Com este rápido avanço uma das alternativas encontradas foi a inserção de monitores que ficariam encarregados de ensinar os demais alunos. No entanto, ao trabalho de Bell, Lancaster inseriu algumas modificações, dentre elas, destacamos o desenvolvimento de materiais, a fim de que os monitores os utilizassem no ensino dos demais alunos. “Ele desenvolveu materiais pedagógicos bem estruturados e organizados, e também fichas com respostas, que os estudantes poderiam usar para exercitar uns aos outros no que estavam aprendendo enquanto os alunos mais velhos os monitorassem” (ARAÚJO, 2010, p. 4).

Neves e Men (*on-line*, p. 2) apontam também algumas modificações no método de Lancaster em comparação ao método de Bell:

Identificado com trabalho pedagógico realizado por Bell, também, utilizou monitores para o encaminhamento das atividades pedagógicas. Todavia, o principal encargo do monitor não estava na tarefa de ensinar ou de corrigir os erros, mas sim na de coordenar para que os alunos se corrigissem entre si. Para Lancaster, os monitores eram os responsáveis pela organização geral da escola, da limpeza e, fundamentalmente, da manutenção da ordem, outra tarefa relevante do monitor lancasteriano, posto que ele defendia uma proposta disciplinar de instrução, relacionada a disciplinarização da mente, do corpo e no desenvolvimento de crenças morais próprias da sociedade disciplinar, e não na independência intelectual.

Diante disso, todos os estudantes eram envolvidos no processo de aprendizagem. Por este fator, o método Lancaster se tornou o responsável pela massificação do ensino, permitindo que as crianças conseguissem chegar à escola, sem que com isso o Estado tivesse que arcar com elevados custos. Este fato contribuiu de maneira significativa para o avanço do método pela Europa e restante do Ocidente.

3.2.1 Características da escola do método Lancaster

As escolas que utilizavam o método Lancaster ou ensino mútuo apresentavam algumas características comuns, dentre as quais destacamos as consideradas mais importantes para este estudo, sendo estas: *o local e as estruturas pedagógicas, o mobiliário e o material e os agentes da ação educativa*.

O local e as estruturas pedagógicas eram sempre da mesma forma, independente do número de alunos. A sala era em formato retangular, e os alunos eram organizados todos juntos, ou seja, a sala não possuía divisões.

Jomard [...] fixou as normas desejáveis para o número de alunos, variando de setenta a mil. Ele indica, por exemplo, para 350 alunos, a necessidade de uma sala de 18m de comprimento por 9m de largura. Na Inglaterra e na zona rural francesa, utiliza-se frequentemente um celeiro para a nova escola. Na França, os edifícios religiosos, desocupados após o período revolucionário são numerosos e respondem perfeitamente



às normas desejadas. Esses edifícios acolhem as escolas mútuas (LESAGE, 1999, p. 12).

O plano da escola mútua consiste na divisão existente dentro do ensino de cada disciplina. Em cada grupo são estabelecidas as atividades que serão realizadas. As atividades escritas de aritmética eram realizadas nos bancos, e as atividades orais de leitura e aritmética eram realizadas em volta das salas nos semicírculos que ficam espalhados e nos quadros-negros. A seguir, uma ilustração que representa a sala em que as aulas eram realizadas.

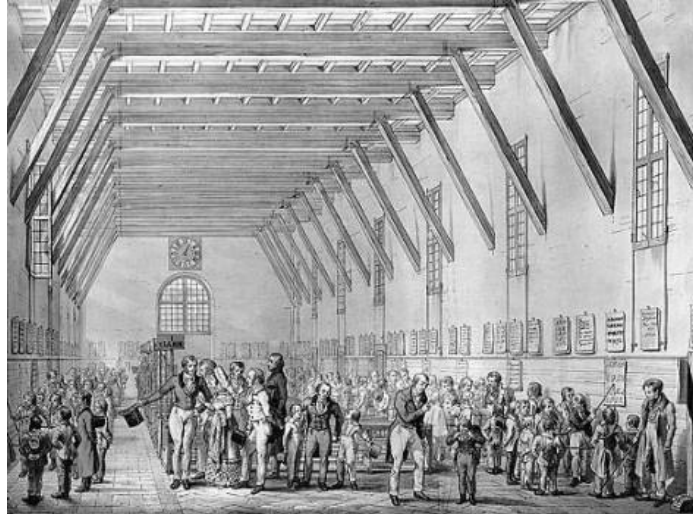


Figura 1: Ensino mútuo, Lancaster.
Aquarela “Aplicação do método de Lancaster,
de Giovanni Migliara Confalonieri e Pellico

O *mobiliário e o material* também eram utilizados de forma reduzida, o que trazia economia. “Bancos sem encosto e de tábuas simples, estrados de vários degraus para elevar a mesa do professor, relógio para cronometrar as atividades, semicírculos feitos de arcos de ferro que podiam ser baixados ou levantados conforme a necessidade, quadros-negros e telégrafos que permitiam a comunicação entre o monitor geral e os particulares” (ARAÚJO, 2010, p. 5).

No entanto, foi inserida, neste contexto, uma inovação, que veio para substituir os livros: o quadro-negro. A inserção desta ferramenta trazia para o ensino, além da economia, a vantagem da facilidade da disposição para a leitura. Outro ponto a ser destacado era a utilização dos livros para o registro dos conteúdos e do comportamento dos alunos, em que antes eram anotadas as matrículas. A seguir, apresentamos uma imagem de um mobiliário utilizado comumente pelo método Lancaster: a mesa de areia.

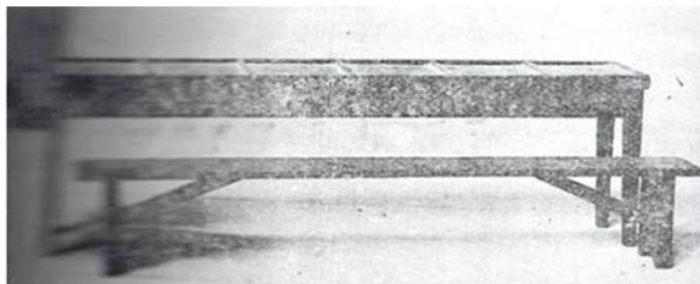


Figura 2: Mesa de areia
Fonte: Revista do Centro de Educação/UFMS
Disponível em: <<http://coralx.ufsm.br/revce/>>.

Os *agentes da ação educativa*, neste processo, são professor e alunos monitores. Diferentemente do método individual e do método simultâneo, professor e alunos monitores dividem a responsabilidade. Cabe ao professor “orientar os monitores, transmitindo seus conhecimentos a estes para que os mesmos possam bem aplicar o método. Cabe também ao professor decidir sobre a distribuição de prêmios e recompensas” (ARAÚJO, 2010, p. 6). Porém, são os monitores as peças essenciais deste método, pois o método possui como base a utilização dos alunos mais fortes, os monitores, para ensinar os conteúdos aos demais alunos da sala.



INSTRUCTOR.
(o las escuelas de enseñanza mútua)

Figura 3: Aluno- monitor

3.2.2 O método Lancaster no Brasil

O método Lancaster criado por Joseph Lancaster (1778-1838), em parceria com Andrew Bell (1753-1832) foi difundido na Europa no final do século XVIII. No entanto, este método chegou ao Brasil somente por volta de 1820, ano no qual o governo tomou algumas decisões para a implantação deste método. No entanto, “acredita-se que, oficialmente, a primeira escola pública de ensino mútuo, tenha sido criada em 1º de março de 1823, a qual se constituiu numa espécie de escola normal, voltada para preparar professores, especialmente militares” (CASTANHA, 2012, p. 4).

Em 25 de março de 1824, foi outorgada a primeira Constituição do Brasil, que em seu artigo 179, inciso XXXII estabelece que a “instrução primária seria gratuita a todos os cidadãos” (CASTANHA, 2012, p. 5). Diante disso, surgiu a necessidade de propagar essa instrução a todos os cidadãos brasileiros. Estabelecida essa meta, no dia “22 de agosto de 1825, o governo enviou um aviso ministerial endereçado aos presidentes de províncias insistindo na necessidade de propagar escolas pelo método lancasteriano” (CASTANHA, 2012, p. 5).

No entanto, foi somente no dia 15 de outubro de 1827 que foi sancionada a Lei geral para a instrução primária, que consiste na Constituição mais completa, que trata da instrução pública no Brasil. Essa Lei possuía 17 artigos, os quais tratavam sobre “da criação de escolas, do salário dos mestres, do método de ensino, do currículo, do concurso público, das gratificações, das escolas femininas, dos castigos e da fiscalização das escolas” (CASTANHA, 2012, p. 5), além de estabelecer a criação de escolas de primeiras letras para meninos e meninas nos locais em que fossem necessários, ou seja, em povoados, cidades ou vilas. “Essa lei é contemporânea de um lento, mas paulatino, fortalecimento de uma perspectiva político-cultural para a construção da nação brasileira e do Estado Nacional que via na instrução uma das principais estratégias civilizatórias do povo brasileiro”, conforme afirma Faria Filho e Rosa (1999, p. 177).

O método de ensino mútuo espalhou-se de tal forma pelo Brasil que até mesmo no início do período republicano ainda era possível encontrá-lo aplicado em diversos estabelecimentos de ensino – públicos e particulares – não só nas aulas de primeiras letras como, igualmente, em colégios onde funcionavam cursos secundários (NISKIER, 1989, p. 105).

O método lancasteriano foi adotado de forma diferente em cada província do Império brasileiro, no entanto, “os governos provinciais se encarregavam de criar a escola e nomear o professor; mas a instalação escolar, treinamento dos professores no método, a fiscalização pedagógica e a eficiência educacional não



entravam nas cogitações oficiais” (NISKIER, 1989, p. 92). Diante disso, *Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul*, cada um implantou o método de uma forma, conforme podemos ver a seguir.

No *Rio de Janeiro*, a instrução pelo método Lancaster foi aplicado para os militares, a partir do dia 1º de março de 1823. “É certo que [essa] primeira escola de ensino mútuo [...] já se achava ‘em atividade’ quando foi expedida a portaria de 29 de abril de 1823, que determinou que se promovesse a instrução pelo método do ensino mútuo” (CARDOSO, 1999, p. 122).

Em *Minas Gerais*, o método Lancaster foi implantado somente em 1825, após uma série de divulgações realizadas pelo jornal “O Universal”, que ressaltava as qualidades deste método de ensino (ARAÚJO, 2010, p. 93).

Em *São Paulo*, o método foi implantado em 1824, pelo presidente da província.

A ideia de usar o método [...] na província de São Paulo não estava ‘fora de lugar’, nem para os seus propugnadores nem para os professores. Não apenas o método [...] conhecia, à época, uma difusão em escala mundial, como também aparecia como uma das linhas de ponta do pensamento pedagógico e como um dos modos de expressão/produção do modelo [...] então dominante [chamado] de ‘modernidade liberal’ (HILSDORF, 1999, p. 197).

O Rio Grande do Sul abriu a sua primeira escola pública, que instruía seus alunos pelo método Lancaster em 2 de agosto de 1827, após a ida de Antônio Álvares Pereira ao Rio de Janeiro para conhecer o método em 1825 (ARAÚJO, 2010).

O Imperador, reconhecendo a grande utilidade que resulta aos seus fiéis súditos do estabelecimento de Escolas públicas de primeiras letras pelo Método Lancastreriano, que achando-se geralmente admitidas em todas as nações civilizadas, tem a experiência mostrado serem muito próprias para imprimir na mocidade os primeiros conhecimentos (BRASIL. Aviso n. 182 do Ministério do Império de 1825 *apud* CASTANHA, 2012, p. 5).

A expansão do método mútuo se manteve nas províncias que ainda não possuíam escolas que impunham este método, os parlamentares permitiam que os alunos frequentassem as escolas que ofereciam o método mútuo mais próximo, mesmo sabendo que o método estava em crise (CASTANHA, 2012).

Com o passar do tempo, vai se identificando que o método Lancaster não atende mais as escolas de instrução das primeiras letras, mas sim o método simultâneo é o método que se adequa melhor ao modelo de instrução escolar, ofertado na época, pois permite o trabalho de alguns aspectos na escola que anteriormente não era possível, como classes mais homogêneas, organização dos conteúdos, de acordo com os níveis, organização do tempo, ação simultânea do professor (FARIA FILHO, 1999).

Diante das mudanças de ares e dos baixos resultados que o método Lancaster estava apresentando, passou-se a sugerir o método simultâneo para o ensino das primeiras letras como uma alternativa de ensino. Em 1847, na Província do Rio de Janeiro, foi sugerido, pela primeira vez, o método simultâneo, no entanto, este método não chegou a ser utilizado de forma concreta, sendo revogado pela Assembleia Provincial. Em 1849, houve outras tentativas de implantação do método simultâneo e de outros métodos, sem sucesso imediato, o método Lancaster continuou sendo utilizado no decorrer de todo o Império, mas não foi estimulado de forma oficial (CASTANHA, 2012).

No final do século XIX, inicia-se a discussão sobre os “processos pedagógicos” pautados nas pesquisas de Pestalozzi, “que tinham por objetivo prestar atenção aos processos de aprendizagem dos alunos” (ARAÚJO, 2010, p. 9). Aos poucos o método mútuo vai se dissipando e distanciando da realidade das instituições escolares nacionais e mundiais e lentamente desaparece.

4 CONCLUSÃO

O método Lancaster inserido como método pedagógico no Brasil, a partir da Lei de 15 de outubro de 1827, se apresentava, na época, como o método mais moderno utilizado para a instrução das primeiras letras, tanto no Brasil como na Europa. Com a utilização do método Lancaster se buscava suprir algumas deficiências educacionais que o Brasil enfrentava no momento, como a falta de acesso às escolas públicas e à instrução. No entanto, com o passar do tempo, este método se mostrou inadequado para o ensino no Brasil, por uma série de fatores, dos quais Castanha (2012, p. 12) destaca: “falta de professores habilitados, de materiais didáticos apropriados, de edifícios adequados, de recursos financeiros”.

Atualmente, 187 anos após a instituição da primeira Lei no Brasil que abordava, especificamente, a instrução pública, vemos que o processo é lento e que nosso país ainda luta por educação, não mais por educação gratuita para todos, mas sim por uma educação pública, gratuita, e de boa qualidade.



REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Jefferson Santos de. Esboço sobre o surgimento, as características e a implantação do método monitorial/mútuo no Brasil do século XIX. **Cadernos da Pedagogia**, São Carlos, ano 4, v. 4 n. 7, p. 86-95, jan./jun. 2010. Disponível em: <<http://www.cadernosdapedagogia.ufscar.br/index.php/cp/article/viewFile/179/105>> Acesso em: 1 jul. 2014.
- BRASIL. Saiba mais sobre o Brasil império. **Portal Brasil**. 2014. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2009/11/imperio>>. Acesso em: 1 jul. 2014.
- CASTANHA, André Paulo. A introdução do método Lancaster no Brasil: história e historiografia. In: ANPESUL - Reunião Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 9. 2012. **Anais...**, 2012. Disponível em: <<http://www.uces.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1257/12>>. Acesso em: 1 jul. 2014.
- CARDOSO, Tereza Maria Fachada. Abrindo um novo caminho: o ensino mútuo na escola pública do Rio de Janeiro (1823-1840). In: BASTOS, Maria Helena Câmara; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). **A escola elementar no século XIX: o método monitorial/mútuo**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999, p. 119-143.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de; ROSA, Walquíria Miranda. O ensino mútuo em Minas Gerais (1823-1840). In: BASTOS, Maria Helena Câmara; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). **A escola elementar no século XIX: o método monitorial/mútuo**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. p. 177-196.
- HILSDORF, Maria Lúcia. O ensino mútuo na província de São Paulo: primeiros apontamentos. In: BASTOS, Maria Helena Câmara; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). **A escola elementar no século XIX: o método monitorial/mútuo**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. p. 197-215.
- LESAGE, Pierre. A pedagogia nas escolas mútuas no século XIX. In: BASTOS, Maria Helena Câmara; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). **A escola elementar no século XIX: o método monitorial/mútuo**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. p. 9-24.
- NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. O império e as primeiras tentativas de organização da educação nacional (1822-1889). **Histedbr 1986-2006**. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/periodo_imperial_intro.html>. Acesso em: 1 jul. 2014.
- NEVES, Fátima Maria; MEN, Liliana. **O método pedagógico de lancaster e a cultura escolar**. Disponível em: <http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais16/sem07pdf/sm07ss12_06.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2014.
- NEVES, Fátima Maria. **O Método Lancasteriano e o Projeto de Formação disciplinar do povo (São Paulo, 1808-1889)**. 2003. 293f. Tese (Doutorado em História) – UNESP, Assis, 2003.
- NISKIER, Arnaldo. **Educação brasileira: 500 anos de história, 1500-2000**. São Paulo: Melhoramentos, 1989.